

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

Campus de Santo Ângelo

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

Curso de Graduação em Direito

Editora da FURI – Campus de Santo Ângelo – RS

DIREITO E JUSTIÇA: Reflexões Sociojurídicas

NOVOS DIREITOS

Revista do Curso de Graduação em Direito

da URI – Campus Santo Ângelo–RS

Santo Ângelo – RS, ano XVI, n. 27 – novembro/2016

ISSN 1676-8558

D598 Direito e justiça: reflexões sociojurídicas / Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo; organização: Florisbal de Souza Del’Olmo, Taciana Marconatto Damo Cervi – v.1, n.1(abril 2002) . – Santo Ângelo: FuRI, 2016.

v.16, n.27, nov. 2016.

Semestral

ISSN 2178-2466

1. Direito-Periódicos I. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. II. Del’Olmo, Florisbal de Souza (org.) III. Cervi, Taciana Marconatto Damo (org.)

CDU: 340.114

Responsável pela catalogação

Bibliotecária – Fernanda Ribeiro Paz - CRB-10/1720

Editoração

Florisbal de Souza Del’Olmo
Taciana Marconatto Damo Cervi

Revisão

Florisbal de Souza Del’Olmo

Revisão da Língua Inglesa

Paulo Adroir Magalhães Martins

Formatação e Digitação

Florisbal de Souza Del’Olmo

Capa

Marcos Ziembowicz

Publicação

FuRI – Editora da URI – Campus de Santo Ângelo – RS
Rua Universidade das Missões, 464 – CEP 98.802-470
Santo Ângelo – RS – Brasil – Fone: (55)3313-7900

Composição e Impressão

Gráfica Venâncio Ayres

– 2016 –

DIREITO E JUSTIÇA – Reflexões sociojurídicas
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)
Campus de Santo Ângelo
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Publicação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado da URI

Curso de Graduação em Direito

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Reitor

Luiz Mario Silveira Spinelli

Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação

Giovani Palma Bastos

Pró-Reitora de Ensino

Arnaldo Nogaró

Pró-Reitor de Administração

Nestor Henrique de Cesaro

URI – Campus de Santo Ângelo

Diretor Geral

Gilberto Pacheco

Diretor Acadêmico

Marcelo Paulo Stracke

Diretora Administrativa

Berenice Rossner Whatuba

Chefe do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas

Osmar Antonio Bonzanini

Coordenadora de Área de Conhecimento

Rosângela Angelin

Curso de Graduação em Direito

Coordenadora do Curso

Charlise Paula Colet Gimenez

Diretor-Editor da Revista

Florisbal de Souza Del’Olmo

Comitê Editorial

Florisbal de Souza Del’Olmo

Taciana Marconatto Damo Cervi

Linha Editorial

A Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, elaborada pelo Curso de Graduação em Direito da URI, Campus de Santo Ângelo, é publicada semestralmente e aceita colaborações de artigos.

A Revista estrutura-se por artigos que deverão referir-se na linha de “Novos Direitos”

Indexada nas seguintes bases de dados

Latindex:

<http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=19578> (online)

<http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=19577> (impresso)

Periódicos URI: *http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica*

SEER/Ibict:

http://seer.ibict.br/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=1763&Itemid=109

Conselho Editorial

- Adriana Dreyzin de Klor (Universidad Nacional de Córdoba/Argentina)
Alejandro Pastori (UDELAR – Montevideú/Uruguai)
Altamirando Pereira da Rocha (UFU – Uberlândia/MG)
Amador Paes de Almeida (Universidade Mackenzie – São Paulo/SP)
Ântonio Celso Alves Pereira (UFRJ – Rio de Janeiro / RJ)
Cláudia Lima Marques (UFRGS – Porto Alegre / RS)
Elizabeth Accioly (Universidade Nova de Lisboa/Portugal)
Emma Nogales de Santiváñez (Universidad Católica Boliviana – La Paz/Bolívia)
Enrique Varsi Rospigliosi (Universidad de Lima/Peru)
Franciso Rezek (UNICEUB – Brasília/DF)
Heron José de Santana Gordilho (UFBA – Salvador/BA)
Gina Vidal Marcilio Pompeu (UNIFOR – Fortaleza/CE)
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (USP – São Paulo/SP)
Griselda Capaldo (UBA – Buenos Aires/Argentina)
Jamile Bergamaschine Mata Diz (UFMG – Belo Horizonte/MG)
João Marcelo de Lima Assafim (UCAM – Rio de Janeiro/RJ)
Jorge Renato dos Reis (UNISC – Santa Cruz do Sul/RS)
José Russo (UFAM – Manaus/AM)
Larissa Ramina (UFPR – Curitiba/PR)
Leila Arruda Cavallieri (PUC – Rio de Janeiro/RJ)
Lorena de Melo Freitas (UFPB – João Pessoa/PB)
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva (UFS – Aracaju/SE)
Lucy Arraya (Universidad Nacional Pedro Henriquez Ureña – Santo Domingo/Rep. Dominicana)
Luis Edson Fachin (UFPR – Curitiba/PR)
Luiz Ernani Bonesso de Araújo (UFSM – Santa Maria/RS)
Luiz Otávio Pimentel (UFSC – Florianópolis/SC)
Mara Vidigal Darcanchy (Conselheira da OIT/ILO – São Paulo/SP)
Mário Ferreira Monte (Universidade do Minho – Braga/Portugal)
Ney Fayet Júnior (PUC – Porto Alegre/RS)
Odete Maria de Oliveira (UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC)
Orides Mezzaroba (UFSC – Florianópolis/SC)
Raymundo Juliano Rego Feitosa (UNICAP – Recife/PE)
Ricardo Méndez Silva (UNAM/México)
Roberto Ruiz Díaz Labrano (UNA – Assunção/Paraguai)
Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches (UNINOVE – São Paulo/SP)
Sergio Resende de Barros (USP – São Paulo/SP)
Valesca Raizer Borges Moschen (UFES – Vitória/ES)
Valerio de Oliveira Mazzuoli (UFMT – Cuiabá/MT)
Viviane Coelho Sêllos Knoerr (UNICURITIBA – Curitiba/PR)
Wagner Menezes (USP – São Paulo/SP)

Conselho de Pareceristas

- Aguinaldo Allemar (UFU – Uberlândia/MG)
Ana Paula Martins Amaral (UFMS – Campo Grande/MS)
Arno Dal Ri Junior (UFSC – Florianópolis/SC)
Augusto Jaeger Junior (UFRGS – Porto Alegre/RS)
Bruno Cavalcanti Angelin (UFRR/UNESA – Boa Vista/RR)
Bruno Wanderley Junior (PUC – Belo Horizonte/MG)
Cláudia Taís Siqueira Cagliari (FAI – Itapiranga/SC)
Cristiane Helena de Paula Lima Cabral (FCJPAD/MG)
Cristina Ferraz (UNINOVE – São Paulo/SP)
Diego Pereira Machado (Faculdade Anhanguera/LFG – São Paulo/SP)
Eduardo Baldissera Cavalho Salles (UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC)
Eloy Pereira Lemos Junior (Universidade de Itaipua/MG)
Fernanda Miranda Barbosa (UNIESP – São Paulo/SP)
Fernando César Costa Xavier (UFRR – Boa Vista/RR)
Fernando Ferreira Calazans (IPSEMG/MG)
Fernando Sérgio Tenório de Amorim (FEJAL/CESMAC – MACEIÓ/AL)
Flavio Henrique Franco de Oliveira (UNICESUMAR/PR)

Gabriela Soares Balestero (FDSM – Pouso Alegre/MG)
Giovanni Olsson (UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC)
Graziela Tavares de Souza Reis (UFT – Palmas/TO)
Guilherme Camargo Massau (UFPEL – Pelotas/RS)
Gustavo Oliveira Vieira (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Ilzver de Matos Oliveira (Universidade Tiradentes – Aracaju/SE)
Irineu Francisco Barreto Junior (FMU – São Paulo/SP)
Jacson Roberto Cervi (URI – Santo Ângelo/RS)
Jeff Caponero (Instituto Federal da Bahia – Salvador/BA)
João Batista Moneiro Camargo (UNIJUI – Ijuí/RS)
Jorge Di Ciero Miranda (UNIFOR – Fortaleza/CE)
José Filomeno de Moraes Filho (UNIFOR – Fortaleza/CE)
José Francisco de Assis Dias (UNICESUMAR/MG)
Liana Maria Feix Suski (FAI – Itapiranga/SC)
Lívia Dutra Barreto (UFRR – Boa Vista/RR)
Lucas Gonçalves da Silva (UFS – Aracaju/SE)
Luciano Alves dos Santos (URI – Erechim/RS)
Luís Henrique Bortolai (Universidade Mackenzie – São Paulo/SP)
Luis Renato Vedovato (UNICAMP – Campinas/SP)
Mara Vidigal Darcanchy (Conselheira da OIT/ILO – São Paulo/SP)
Márcia Teshima (UEL – Londrina/PR)
Mário Luiz Ramidoff (Unicuritiba – Curitiba/PR)
Osmar Veronese (URI – Santo Ângelo/RS)
Rafaela Benevides Ferreira Machado (UNIC – Cuiabá/MT)
Renata Mantovani de Lima (UIT – Itaúna/MG)
Roberto Correia da Silva Gomes Caldas (UNINOVE – São Paulo/SP)
Rogério Costa (UNISUL – Tubarão/SC)
Rosicler Santos (UFPR – Curitiba/PR)
Rubens Beçak (USP – São Paulo/SP)
Sérgio Ricardo Aquino (IMED – Passo Fundo/RS)
Sílvio Beltramelli Neto (PUC – Campinas/SP)
Silvio Javier Battello (Faculdade Dom Bosco – Porto Alegre/RS)
Thaise Graziottin Costa (UCS – Caxias do Sul/RS)
Vanessa Iacomini (UFF – Rio de Janeiro/RJ)
Victor Hugo Almeida (UNESP – São Paulo/SP)
Vladimir Oliveira da Silveira (UNINOVE – São Paulo/SP)
William Paiva Marques Júnior (UFC – Fortaleza/CE)

**MISSÃO DA REVISTA DIREITO E JUSTIÇA: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS
“NOVOS DIREITOS”**

Atuar como instrumento de propagação das reflexões e construções do conhecimento acerca dos Novos Direitos, estimulando o debate, o questionamento e o desenvolvimento dos processos formativos dos operadores e investigadores jurídicos, como forma de integração entre a universidade e o mundo da vida voltada para a potencialização dos processos de constituição da cidadania e da democracia.

SUMÁRIO

COLABORADORES	13
<i>Contributors</i>	
APRESENTAÇÃO	17
<i>Presentation</i>	
OS BENS CULTURAIS ARQUEOLÓGICOS	23
CULTURAL ARCHAEOLOGICAL HERITAGE	
<i>José Casalta Nabais</i>	
EL DILEMA DE BOLIVIA: LA ÉLITE CRUCEÑA	53
THE BOLIVIA DILEM: THE CRUCEÑA ELITE	
<i>Fran Espinoza</i>	
A RESOLUÇÃO ONLINE DE LITÍGIOS (ODR) DE BAIXA INTENSIDADE E SEUS REFLEXOS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: UMA ANÁLISE DA NORMATIVIDADE POLISSÊMICA DAS REDES NUMÉRICAS.....	77
THE ONLINE DISPUTE RESOLUTION (ODR) AND ITS REFLECTIONS ON PRIVATE INTERNATIONAL LAW: AN ANALYSIS OF POLISSEMIC NORMATIVITY OF NETWORK NUMBER	
<i>Fernando Sérgio Tenório de Amorim</i>	
AS PERSPECTIVAS DO ACORDO DE COOPERAÇÃO UE / MERCOSUL E DO CUMPRIMENTO DA SUA META FINAL	99
THE PERSPECTIVES OF THE EU / MERCOSUR COOPERATION AGREEMENT AND COMPLIANCE WITH ITS FINAL GOAL	
<i>Werter R. Faria</i>	
<i>Elizabeth Accioly</i>	
O JUDICIÁRIO COMO INSTÂNCIA DE (DES)CONSIDERAÇÃO DA RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA: CASOS JUDICIAIS EMBLEMÁTICOS SOBRE LIBERDADE E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA EM SERGIPE	113
THE JUDICIARY AS AN INSTANCE OF (DES)CONSIDERATION OF THE AFRICAN-DERIVED RELIGIONS: EMBLEMATIC JUDICIAL CASES ON LIBERTY AND RELIGIOUS INTOLERANCE IN SERGIPE	
<i>Ilzver de Matos Oliveira</i>	
<i>Kellen Josephine Muniz de Lima</i>	
<i>João Vítor Pinto Santana</i>	
ESTADO DE COISAS FORA DO LUGAR: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE A SENTENCIA T-025 E A ADPF 347/DF-MC	133
‘STATE OF AFFAIRS’ OUT OF PLACE: A COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN THE SENTENCIA T-025 AND ADPF 347 / DF-MC	
<i>José Ribas Vieira</i>	
<i>Rafael Bezerra</i>	

RECLUTAMIENTO PARTIDARIO DE ALCALDES EN EL AUTORITARISMO BRASILEÑO: EL CASO DE LOS DESIGNADOS EN ÁREAS DE SEGURIDAD NACIONAL DE RIO GRANDE DO SUL 155

PARTISAN RECRUITMENT OF MAYORS IN BRAZILIAN AUTHORITARIANISM: THE CASE OF DESIGNATED MAYORS OF NATIONAL SECURITY AREAS OF RIO GRANDE DO SUL

Dirceu André Gerardi

ADESÃO À CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS: PROBLEMAS IDENTIFICADOS PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA AO PROJETO DE ACORDO DA UNIÃO EUROPEIA..... 185

ACCESSION TO THE EUROPEAN CONVENTION ON HUMAN RIGHTS: PROBLEMS IDENTIFIED BY THE COURT OF JUSTICE TO THE DRAFT AGREEMENT OF THE EUROPEAN UNION

Anair Isabel Schaefer

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHADOR E AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS..... 211

PRETECIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJADOR Y LAS POLÍTICAS MIGRATORIAS

Luis Renato Vedovato

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis Pedagoga

Alexandre Andrade Sampaio

A INTEGRAÇÃO REGIONAL E OS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMÉRICA DO SUL..... 233

REGIONAL INTEGRATION AND INFRASTRUCTURE PROJECTS IN SOUTH AMERICA

Joaner Campello de Oliveira Júnior

Jamile Bergamaschine Mata Diz

Roberto Correia da Silva Gomes Caldas

O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR INCIDE NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA EXIGÊNCIA DE INTEGRIDADE E COERÊNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO..... 261

DOES THE CONSUMER PROTECTION CODE APPLIES TO NOTARIAL AND REGISTRATION ACTIVITY? SOME CONSIDERATIONS BASED UPON THE DEMAND FOR INTEGRITY AND COHERENCE OF LEGAL ORDER

Beatriz Oquendo Pontes

Eduardo Rocha Dias

CONTROLE POPULAR DA ATIVIDADE MINERÁRIA E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL: LEGITIMIDADE PELO PROCEDIMENTO.....284

POPULAR CONTROL OF MINERARY ACTIVITY AND PUBLIC HEARINGS OF ENVIRONMENTAL LICENSING: LEGITIMACY BY PROCEDURE

Felipe Magalhães Bambirra

Fernanda Busanello Ferreira

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL303

DISREGARD OF LEGAL PERSONALITY IN THE BRAZIL'S NEW PROCEDURAL CIVIL CODE

Beclaute Oliveira Silva

A (NÃO) REDUÇÃO DA IDADE DA MAIORIDADE PENAL: UMA QUESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL317

THE (NO) REDUCTION OF THE AGE OF CRIMINAL LIABILITY: A SOCIAL RESPONSIBILITY ISSUE

Angelita Maria Maders

Rosângela Angelin

DO ASSÉDIO EXISTENCIAL COMO CAUSA DO DANO EXISTENCIAL E DA REDUÇÃO DO TRABALHO DECENTE DA OIT339

THE EXISTENTIAL HARASSMENT AS CAUSE OF EXISTENTIAL DAMAGE AND REDUCTION OF ILO DECENT WORK

Mara Darcanchy

Normas de Publicação359

Relação de artigos publicados nas edições anteriores.....361

COLABORADORES

CONTRIBUTORS

José Casalta Nabais: Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professor associado com agregação na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, onde leciona Direito Administrativo e Fiscal, junto ao Programa de Pós-Graduação.

Fran Espinoza: Politólogo, PhD en Estudios Internacionales e Interculturales (mención internacional) Universidad de Deusto, País Vasco. Investigador postdoctoral en Políticas Públicas de la Universidad Federal del Paraná (Brasil), UFPR. Investigador del Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP/UFPR). Miembro del Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, UFPR. Becario CAPES. Miembro de FLACSO (Universidad de Salamanca), España. Correo electrónico: espinoza.fran@gmail.com.

Fernando Sérgio Tenório de Amorim: Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), com Pós-Doutorado na Université de Montreal, Canadá. Professor na Fundação Educacional Jayme de Altavila (FEJAL)-CESMAC, Maceió (AL).

Werther R. Faria (in memoriam): Doutor em Direito. Foi Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Integração (ABEI) e Presidente do Conselho Científico do Instituto Eurolatinoamericano de Estudios para la Integración (IELEPI), da *European Community Studies Associations* (ECSA-Brasil) e do CADE.

Elizabeth Accioly Rodrigues da Costa: Doutora em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Diplomada em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1996). Professora e Coordenadora de Cursos sobre Integração Latino-Americana do Centro de Excelência Jean Monnet, da Faculdade de Direito de Lisboa. Professora do Curso de Mestrado do Centro Universitário UNICURITIBA. Professora da Universidade Europeia de Lisboa. Advogada no Brasil e em Portugal.

Ilzver de Matos Oliveira: Doutor em Direito pela PUCRJ. Mestre em Direito pela UFBA. Professor Pleno do Mestrado em Direito da Universidade Tiradentes, Aracaju (SE). Vice-líder e pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Direitos Humanos – UNIT-CNPq. *E-mail*: ilzver@gmail.com.

Kellen Josephine Muniz de Lima: Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Federal de Sergipe. Advogada. Membro da Comissão de Igualdade Racial da OAB-SE. Estudante-pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas de Direitos Humanos – UNIT-CNPq. *E-mail*: kellen_muniz@yahoo.com.br.

João Vítor Pinto Santana: Pós-graduando em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra/IBCCRIM. Aluno especial do Mestrado em Direito da Universidade Federal de Sergipe – UFS (2016/2). Advogado. *E-mail*: j.victorsantana@hotmail.com.

José Ribas Vieira: Doutor em Direito (UFRJ). Mestre em Ciência Política pela *Ohio University* (EUA). Pós-Doutorado em Direito pela *Univesité Montpellier I – CERTE* (França), com bolsa CAPES. Professor Visitante na *University of Florida* (EUA). Professor Associado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor Associado IV da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenador do Observatório da Justiça Brasileira (OJB/UFRJ). *E-mail*: jribas@puc-rio.br.

Rafael Bezerra: Mestre em Teorias Jurídicas Contemporâneas (UFRJ). Pesquisador do Observatório da Justiça Brasileira (OJB/UFRJ) e Associado à *Latin American Studies Association* (LASA). *E-mail*: rafaelbezerras@gmail.com.

Dirceu André Gerardi: Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou parte de seu doutoramento na *University of Pittsburgh*, através de estágio sanduíche. É investigador de pós-doutorado em Relações Internacionais com bolsa Docfix Fapergs/Capes. Membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia (CBPD) da PUCRS. *E-mail*: andregerardi3@hotmail.com

Anair Isabel Schaefer: Doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-Doutoranda em Direito pela Universidade de São Paulo. MBA Executivo em Direito Bancário pela Fundação Getúlio Vargas. Professora da Faculdade Dom Bosco Porto Alegre. *E-mail*: anairschaefer@hotmail.com.

Luiz Renato Vedovato: Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor Doutor da UNICAMP. Professor do Programa de Mestrado da UNIMEP e da Graduação da PUC de Campinas. Consultor da Organização Internacional das Migrações (OIM).

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis: Mestre e Doutora em Educação. Pedagoga. Jurista. Professora da graduação e da Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP). Professora Convidada da Unidad de Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho da Universidad de Chile.

Alexandre Andrade Sampaio: Mestre (first class honours) em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela Universidade Nacional da Irlanda. Mestre em Direitos Humanos pela *London School of Economics*. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB Campinas. Auxiliou os trabalhos do Grupo de Procedimentos Especiais do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Genebra, Suíça.

Jamile Bergamaschine Mata Diz: Doutora em Direito Comunitário – Universidad de Alcalá – Espanha. Mestre em Instituciones y Políticas de la UE pela UCJC-Madrid. Catedrática Jean Monnet UFMG. Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de Itaúna, Minas Gerais. Assessora Jurídica da Secretaria Jurídica do Mercosul (2008-2009). *E-mail:* jmatadiz@yahoo.com.br.

Roberto Correia da Silva Gomes Caldas: Mestre e Doutor em Direito Público pela PUC/SP. Professor do Programa de Mestrado da UNINOVE. Advogado no Brasil e em Portugal. *E-mail:* robertocsgcaldas@uol.com.br.

Joaner Campello de Oliveira Júnior: Mestre em Direito das Relações Internacionais e Direito da Integração pela UDELAR (Uruguai). Especialista em Direito Público e Tributário – AVM Faculdade Integrada. Advogado. *E-mail:* joanercampello@hotmail.com.br.

Beatriz Oquendo Pontes: Mestranda em Direito pela UNIFOR, Fortaleza (CE). Especialista em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera. Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, CE.

Eduardo Rocha Dias: Mestre em Direito. Professor de Direito Previdenciário e de Direito Constitucional da UNIFOR, Fortaleza, CE. Procurador Autárquico do INSS.

Felipe Magalhães Bambirra: Mestre e Doutor em Direito (UFMG). Professor e Pós-Doutorando no PPGIDH (UFG) e das Faculdades ALFA (GO), pesquisa financiada pela Fundação Ford e pela CAPES/FAPEG, e realizada no âmbito Grupo de Pesquisa “Política de regulação das empresas transnacionais por violações aos direitos humanos na América Latina”. *E-mail:* fmbambirra@gmail.com.

Fernanda Busanello Ferreira: Professora e Pós-Doutora pelo PPGIDH (UFG) e Curso de Direito da UFG (Jataí). Doutora em Direito (UFPR); pesquisa financiada pela Fundação Ford e realizada no âmbito Grupo de Pesquisa “Política de regulação das empresas transnacionais por violações aos direitos humanos na América Latina”. *E-mail:* profa.fernanda@gmail.com.

Beclaute Oliveira Silva: Doutor em Direito pela UFPE. Mestre em Direito pela UFAL. Professor Adjunto da FDA/UFAL (Mestrado e Graduação), Maceió (AL). Professor Titular III do CESMAC (Especialização e Graduação). Professor Titular da UNIT (Especialização e Graduação). Membro do IIDP. Membro fundador da ANNEP. Membro da ABDPRO (Delegado para o Nordeste). Membro do IBDP (Secretário Adjunto-AL). Membro do CEAPRO.

Angelita Maria Maders: Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrück (Alemanha). Pós-doutora pela Universidade de Santiago do Chile. Mestre em Gestão, Desenvolvimento e Cidadania pela Unijuí. Professora da URI, campus de Santo Ângelo e da UNIJUÍ. Membro do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, registrado no CNPQq. Defensora Pública do Estado na Comarca de Santo Ângelo/RS. *E-mail*: angmaders@hotmail.com

Rosângela Angelin: Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrück (Alemanha). Pós-Doutora pela Faculdades EST, São Leopoldo-RS. Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu – Mestrado e Doutorado em Direito e da Graduação em Direito da URI, Santo Ângelo-RS. Coordenadora do Projeto de Direitos Humanos e Cidadania em Estados Multiculturais do PPGDireito e do Projeto de Extensão "O lugar das mulheres na Sociedade", vinculados ao Mestrado acima referido. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, registrado no CNPq. Integrante do Núcleo de Pesquisa de Gênero da Faculdades EST. Integrante do Projeto Teología y Sexualidad, Salud Reproductiva y Derechos (Teología y SSRD), desenvolvido junto à Faculdades EST e a Pontificia Universidad Javeriana (Colômbia). Integra a Marcha Mundial de Mulheres. *E-mail*: rosangelaangelin@yahoo.com.br.

Mara Darcanchy: Mestre e Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP, bolsista CNPq e CAPES, com estágio pós-doutoral em Direito Internacional na Itália. Especialista em Didática do Ensino Superior, em Metodologia da Pesquisa e em Direito do Trabalho (USP). Graduada em Direito e em Letras Português/Inglês, com proficiência em espanhol, italiano, francês e latim. Integrante do Grupo de Pesquisa do PPGD do Centro Universitário de Curitiba (UNICURITIBA).

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

É com redobrada satisfação que a revista *Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas* chega ao segundo número de 2016, mantendo sua periodicidade semestral e alicerçada na avaliação dos periódicos jurídicos *Qualis/CAPES/MEC* no estrato B1. Esse reconhecimento aumenta a responsabilidade de alcançar, gradativamente, pelo aprimoramento dos artigos publicados, os segmentos mais elevados dessa classificação. A trajetória encetada, em dezesseis anos, conduziu-nos a esta edição nº 27, que apresenta pesquisas científicas de renomados estudiosos, em âmbito nacional e internacional. Recorde-se que a avaliação dos artigos a serem publicados é procedida pelo sistema *Double Blind Peer Review*, pelo qual autores e avaliadores são desconhecidos entre si.

No artigo “Os Bens Culturais Arqueológicos”, do Prof. Dr. José Casalta Nabais, da Universidade de Coimbra, renomada autoridade no tema, é abordado o regime jurídico especial dos bens culturais arqueológicos, em Portugal, e a evolução da legislação pertinente à matéria.

Por seu turno, o Prof. Dr. Fran Espinoza, da Universidade de Salamanca, Espanha, atualmente realizando estágio pós-doutoral na UFPR, em “El dilema de Bolivia: la élite cruceña”, analisa a correlação de forças entre a elite de Santa Cruz de la Sierra e a nova elite política dirigida pelo Presidente Evo Morales. Verifica-se um cotejo entre a elite econômica do oriente boliviano e a conjuntura política que comanda o país desde 2005.

A seguir, o Prof. Dr. Fernando Sérgio Tenório de Amorim, da FEJAL-CESMAC, de Maceió, estuda a resolução online de litígios (ODR) e seus reflexos no Direito Internacional Privado, e demonstra que a utilização da inteligência artificial na resolução de conflitos e das ferramentas de Dispute System Design (DSD) transbordam as fronteiras jurisdicionais nacionais, exigindo do DIPr uma revisão dos seus paradigmas e das teorias tradicionais de conflitos de leis e de jurisdições.

A Prof^a Dra. Elizabeth Accioly, da Universidade Europeia de Lisboa, prestando uma homenagem ao saudoso brasileiro, Prof. Dr. Werther Faria, em “As perspectivas do acordo de cooperação UE/Mercosul e do cumprimento da sua meta final”, busca compreender se os objetivos do Acordo, assinado em 1995, poderão ser cumpridos, considerando os novos rumos da comunidade internacional.

Analisando dois casos emblemáticos ocorridos em Sergipe, de intolerância e discriminação com religiões de matriz africana, o Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira, da Universidade Tiradentes, de Aracaju, e dois pesquisadores de seu Grupo de Pesquisa, questionam se o Judiciário é um agente capaz de apresentar a resposta esperada pelas vítimas dessa intolerância.

Verificando a massiva violação de direitos humanos, no sistema penitenciário brasileiro e no deslocamento interno forçado na Colômbia, o Prof. Dr. José Ribas Vieira e o Mestre Rafael Bezerra, ambos da UFRJ, no artigo “*Estado de coisas* fora do lugar: uma análise comparada entre a *sentencia t-025* e a *Adpf 347*”,

estudam o comportamento do Tribunal Constitucional da Colômbia e do nosso STF, quando da aplicação do “Estado de Coisas Inconstitucional”, apontando aproximações e divergências entre as cartas políticas e os correspondentes desenhos institucionais de ambos os países, com foco nos aspectos relevantes para a concretização dos direitos socioeconômicos.

Em artigo redigido em idioma espanhol, que trata de tema pouco conhecido do período militar brasileiro, o Prof. Dr. Dirceu André Gerardi, da PUC/RS, estuda o recrutamento partidário de prefeitos nomeados nos municípios situados nas chamadas áreas de Segurança Nacional, a maioria dos quais no Rio Grande do Sul, onde havia 29 nessa situação. O autor enriquece seu trabalho com quadros, mapas e entrevistas com vários desses antigos administradores, trazendo dados relevantes, como considerar na escolha pessoas melhor qualificadas, com competência técnica pela profissão – vários eram professores ou veterinários – e experiência em cargos da administração pública ou eletivos.

A Prof^ª Dra. Anair Isabel Schaefer, da Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre, aborda os problemas identificados pelo Tribunal de Justiça da União Europeia ao projeto de acordo para adesão da União à Convenção Europeia de Direitos Humanos. Para isso, a autora analisa o Parecer 2/13 do TJUE, que verifica a compatibilidade desse Projeto de Adesão com o ordenamento comunitário.

Ocupando-se de tema de ingente atualidade, a proteção internacional do trabalhador e as políticas migratórias, o Prof. Dr. Luis Renato Vedovato, da Universidade de Campinas, que é Consultor da Organização Internacional das Migrações, e dois colegas estudiosos dessa temática, concluem que o combate a situações de trabalho escravo passa pela “garantia de que os indivíduos serão protegidos igualmente, sejam trabalhadores nacionais ou estrangeiros”. Preconizam ser esse o caminho para ampliar direitos aos migrantes e conduzir à proteção do trabalho migrante pelo mundo.

O trabalho seguinte, dos Professores Doutores Jamile Bergamaschine Mata Diz (UFMG) e Roberto da Silva Caldas (Uninove), trata da integração regional e os projetos de infraestrutura na América do Sul. Entendem que os eixos de integração visam estabelecer um novo processo de decisão, com lastro no regionalismo aberto, no diálogo político e na interconexão física, seja energética, de transporte ou de telecomunicações.

Os professores Beatriz Oquendo Pontes e Eduardo Rocha Dias, ambos de Fortaleza (UNIFOR), questionam se o Código de Defesa do Consumidor incide na atividade notarial e de registro. Concluem ser necessária uma uniformização sobre o tema, pois, em não existindo entendimento estável, os tribunais pátrios poderão decidir tanto pela incidência quanto pela não incidência do CDC nas relações entre os notários e tabeliães e os usuários do serviço, ocasionando insegurança jurídica e possíveis injustiças.

Estudando o controle popular da atividade minerária e as audiências públicas de licenciamento ambiental, os Professores doutores Felipe Magalhães Bambirra e Fernanda Busanello Ferreira, de Goiânia (UFG) analisam a legitimidade desse procedimento. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa mais ampla,

desenvolvida em cooperação internacional na América Latina – pela colaboração da Universidade Federal de Goiás no âmbito do Consórcio Latino-Americano de Pós-Graduação em Direitos Humanos – financiada pela Fundação Ford, acerca de empresas e direitos humanos.

O Prof. Dr. Beclaute Oliveira Silva, de Maceió (FDA/UFAL), aborda a desconsideração da personalidade jurídica no novo Código de Processo Civil brasileiro. Traz informações sobre o instituto, aponta eventuais problemas e indica possíveis soluções em tópico importante e sensível para a efetivação da prestação jurisdicional.

A redução da idade da maioridade penal, tão em voga no Brasil, como justificativa para o alarmante índice de criminalidade no País, é analisada, com propriedade, pelas Professoras doutoras Rosângela Angelin e Angelita Maria Maders, da URI, em Santo Ângelo. Pontuam argumentos contrários e favoráveis a essa redução apontados na mídia, e o fazem sob a perspectiva de construção de um debate voltado para a efetividade dos direitos humanos. Apontam para o fato de que reduzir a maioridade penal seria uma forma de *limpeza social* e que o problema não vem sendo enfrentado pela sociedade e pelo Estado com a responsabilidade que a problemática requer.

Por fim, a Prof^a Dra. Mara Darcanchy, de São Paulo, com o artigo “Do assédio existencial como causa do dano existencial e da redução do trabalho decente da OIT”, contribui para o debate contemporâneo sobre o constructo do instituto do assédio existencial como espécie do gênero dano existencial, espécie de dano imaterial que acarreta a impossibilidade de o trabalhador dar prosseguimento ou realizar o seu projeto de vida, ou prejudica a sua vida de relações, demonstrando as respectivas diferenças em quadros comparativos. Aborda também a realidade de algumas atividades distantes das preconizadas pelo trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho.

Ao apresentar este número da *Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, queremos agradecer a todos que colaboraram, direta ou indiretamente, para que este objetivo fosse alcançado. De modo especial, aos autores dos artigos e aos pareceristas, que, com tanto zelo, realizaram a avaliação dos trabalhos propostos.

A todos desejamos uma ótima leitura!

Os editores

